



Governança

Pílula de Conhecimento

COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO E DIVERSIDADE DO MGI REALIZA SUA PRIMEIRA REUNIÃO E DEBATE IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA

A 1ª Reunião Ordinária do [Comitê de Participação Social, Diversidade, Equidade e Inclusão \(CPADI\)](#) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) debateu iniciativas para o próximo ano. Realizado no dia 5 de dezembro, em formato híbrido, o encontro reuniu representantes do governo, sociedade civil e organismos internacionais.

O comitê vai acompanhar a implementação no MGI do Selo PNUD de Igualdade de Gênero e Raça nas Instituições Públicas, que reconhece boas práticas de inclusão e diversidade no setor público. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência de desenvolvimento global das Nações Unidas.

Na reunião, o CPADI também pactuou o uso de ferramentas digitais para dinamizar suas atividades e deliberou sobre o cronograma de reuniões ordinárias para 2025.

Com foco em diversidade, CPADI propõe cronograma de ações para 2025 e aprova criação de grupo para implementar selo de equidade no setor público

■ ARTICULAÇÃO

A abertura do encontro contou com a presença da ministra do MGI, Esther Dweck, que parabenizou o trabalho do CPADI e incentivou a elaboração de um plano de trabalho abrangente, que aborde ações internas e externas do ministério na temática de diversidade.

Representantes de entidades parceiras também participaram, como a analista

de programa de gênero e raça PNUD, Ismália Afonso, e a coordenadora de Incidência Política da Casa Sueli Carneiro, Natália Neris.

Pelo MGI, participou a presidenta do CPADI, Daniela Gorayeb, a presidenta do Conselho Nacional de Arquivos - Conarq e diretora-geral do Arquivo Nacional, Ana Flávia Pinto, e as/os demais membros do comitê.

■ O QUE ESPERAR DO CPADI

Instituído pela Portaria GM/MGI nº 7.604, de outubro de 2024, o CPADI tem como missão apoiar o desenvolvimento e a disseminação de soluções para a participação social, diversidade, equidade e inclusão na gestão organizacional e em políticas públicas.

Com membras/os de diversos setores, o comitê deve atuar como uma ponte com movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada.

O SELO PNUD

Objetivo: Reconhecer e incentivar instituições públicas que promovam boas práticas de inclusão e equidade entre homens e mulheres.

Impacto esperado: Estimular políticas inclusivas a grupos sociais mais vulnerabilizados no setor público, ampliando a equidade de gênero e de raça.